



CIRCULAR 02/2009

ORÇAMENTO DO ESTADO 2009 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES (versão reduzida)

Lisboa, 26 de Janeiro de 2009

Estimados clientes:

Como é habitual nesta altura do ano, disponibilizamos aos nossos clientes e a todos os interessados um resumo das principais alterações no panorama fiscal português decorrentes da aprovação e publicação do Orçamento do Estado para 2009 (OE2009).

Preparámos esta circular em duas versões, uma mais completa e outra mais reduzida. Damos a conhecer a mais reduzida por uma questão de simplificação e melhor compreensão por parte do cliente mas, teremos todo o gosto de facultar a versão mais completa, se assim o desejar.

Temos algumas alterações importantes, outras poderão ainda aparecer com o Orçamento Suplementar ou através de leis avulsas, como aconteceu em 2008 com a Lei 64/2008, de 5 de Dezembro, de que demos conta na altura.

IRS

- Categoria A

Não constituem rendimentos do trabalhador as importâncias pagas pelas entidades patronais com a aquisição de passes sociais, desde que a atribuição dos mesmos tenha carácter geral.

- Categoria G – Mais-Valias

Os prazos para reinvestimento do valor da venda de habitação própria e permanente foram alargados passando para 36 meses posteriores e 24 meses anteriores à venda (eram 24 e 12 meses, respectivamente). Pode ser já aplicado aos prazos que ainda estão a decorrer ou se extinguem em 2009.

- Encargos com imóveis/Equipamentos energias renováveis

Passa a ser permitido deduzir à colecta os encargos com imóveis no território de outro Estado membro da União Europeia (anteriormente, a lei só falava em território português).

Passa a ser permitido deduzir à colecta 30% das importâncias (mediante um limite) despendidas com veículos exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis.

IRC

- Passes sociais

Em conjugação com as alterações a nível de IRS, são aceites como custos a aquisição dos passes sociais, verificados os requisitos legais, nomeadamente serem atribuídos à generalidade dos trabalhadores da empresa.

- Taxas

Talvez a alteração mais significativa, ou, melhor dizendo, a que mais interesse tem despertado, em particular, nos contribuintes e na comunicação social, em geral. Passa a haver dois escalões, um para matéria colectável até 12.500€ com taxa a 12,5% (metade) e outro escalão com a mesma taxa geral dos últimos anos, 25%.

Desde já, referimos que, na melhor das hipóteses, o máximo de poupança conseguida é 1.562,50€ e, naturalmente, só terá reflexos em Maio de 2010, aquando da apresentação do modelo 22 do exercício de 2009.

Foram criadas normas anti-abuso para prevenir o aparecimento de empresas através do desmantelamento de outras.

- Pagamentos por Conta

O montante dos pagamentos por conta baixou de 75% para 70% para volume de negócios inferior a 498.797,90€; para os outros contribuintes (com volume de negócios superior), subiu de 85% para 90%.

- P.E.C

Apesar das notícias vinculadas sobre uma redução do Pagamento Especial por Conta, não houve qualquer alteração neste sentido, apenas uma modificação no texto da lei para evitar abuso na interpretação. Pensa-se ou espera-se que, com o Orçamento suplementar haja notícias neste sentido, pois com a redução do IRC (25% para 12,5%) agrava-se o peso do PEC e a impossibilidade de o deduzir às colectas de IRC, conforme estipula a lei.

- Obrigações das empresas

Existe uma nova obrigação – os programas e equipamentos informáticos de facturação dependem de prévia certificação pela DGI (a definir por portaria).

- Regime Simplificado

Este regime em IRC está suspenso a partir de 1 de Janeiro de 2009, o que significa que nenhuma empresa poderá renovar essa opção. Quem ainda estiver no período de 3 anos obrigatório, pode escolher sair ou ficar até ao fim. Apesar de esta opção ser exercida em Maio/2010, já em Março deste ano tem que haver uma tomada de decisão, pois quem sair do regime simplificado tem de começar a pagar o PEC.

Está previsto o governo criar um novo regime simplificado para contribuintes de pequena dimensão.

- Autorizações legislativas

Está o governo autorizado a alterar diversa legislação para adaptar as regras contabilísticas e fiscais às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), que têm de estar em vigor a 1 de Janeiro de 2010, por exigência da União Europeia.

IVA

- Isenções

As transmissões de bens a título gratuito a IPSS, para distribuição a pessoas carenciadas estão isentas de IVA (antes, seriam só bens alimentares).

Foi estabelecido um limite mínimo (1.000€) na isenção de venda de mercadorias de um fornecedor a um exportador nacional, para serem exportadas no mesmo estado, no prazo de 60 dias.

- Alteração da taxa de IVA

Passam a estar sujeitos a IVA à taxa reduzida (5%): cadeiras, assentos próprios e outros mecanismos de retenção para o transporte de crianças; prestação de serviços de manutenção ou reparação de próteses, equipamentos ortopédicos e outros análogos.

- Autorizações legislativas

Entre outras, prevê-se o fim da taxa de 5% na travessia da Ponte 25 de Abril.

I.S. (Imposto do Selo)

- Isenções subjectivas

A união de facto passa a ter a mesma isenção que o casamento.

- Nova taxa

Documento particular admitido em alternativa à escritura pública – 25€.

IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)

- Taxas

Os prédios urbanos devolutos há mais de um ano têm as taxas agravadas para o dobro; se estiverem em ruínas, a taxa passa para o triplo. Os prédios em ruínas devem ser comunicados pelas câmaras municipais à DGI.

E.B.F. (Estatuto dos Benefícios Fiscais)

- Computadores

O benefício que caducou em 2008, tem um novo período de 2009 a 2011 e é permitido uma vez por cada membro do agregado familiar que ande a estudar.

- Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias

Isentas de imposto as mais-valias mediante o reinvestimento sob determinadas condições.

Os custos com combustíveis são dedutíveis a 120% (exº veículos de mercadorias com peso superior a 3,5t).

Estes dois benefícios só são aplicáveis no exercício de 2009.

LGT (Lei Geral Tributária)

- Informações bancárias

Alargados os mecanismos automáticos de informação bancária aos contribuintes cuja situação tributária não se encontre regularizada. As instituições de crédito têm a obrigação, quando solicitado em determinadas condições, de fornecer o fluxo de pagamentos com cartões de crédito e de débito.

Por fim, antes de terminarmos, queremos realçar a lei nº64/2008, de 5 de Dezembro, que demos conta na Circular 02-2008. Aproveitamos para complementar a informação prestada na altura sobre a tributação autónoma. Relativamente às viaturas, existe informação na net sobre marcas e modelos que cumprem os critérios de CO2 – são muito poucos. Acrescentamos que, a taxa de tributação autónoma subiu de 5% para 10%, também para as despesas de representação e que, por lapso, não mencionámos tal facto na dita Circular.

Agradecemos a atenção dispensada e para qualquer esclarecimento sobre estes e outros assuntos façam o favor de nos contactar.